



O Militante

BOLETIM DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

CONCLUSÕES E DECISÕES DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS SOBRE O CULTO DA PERSONALIDADE E AS SUAS CONSEQUÊNCIAS NO PARTIDO

REUNIDO para apreciar a forma como têm sido aplicadas as normas leninistas do método de direcção colectiva no Partido, o Comité Central verificou que estas normas foram substituídas desde a fundação do Partido, em larga medida, por um errado e nocivo método de direcção individual que conduziu a graves infracções aos princípios do centralismo democrático e facilitou o aparecimento do culto da personalidade.

O Comité Central adoptou uma série de medidas para que sejam aplicados de maneira efectiva em todo o Partido, a começar pela sua Direcção, os princípios leninistas do trabalho colectivo de direcção e do centralismo democrático. O Comité Central tomou igualmente medidas para a correcção e reparação dos erros originados pelo culto da personalidade no Partido.

★

★ ★

O culto da personalidade, cujas consequências negativas se fizeram sentir no nosso Partido, é um fenómeno estranho ao marxismo-leninismo. É uma herança da política burguesa que pratica o elogio dos seus dirigentes de forma sistemática, é fundado em conceitos filosóficos idealistas que nada têm que ver com a ideologia do proletariado, fundada no materialismo científico.

O culto da personalidade, ao exagerar o papel dos dirigentes individualmente, apaga a acção criadora do Partido e das massas, debilita o espírito crítico dos membros do Partido e conduz à subestimação do trabalho colectivo.

O desenvolvimento do culto da personalidade nas fileiras do nosso Partido está estreitamente relacionado com o aparecimento deste fenómeno negativo no movimento comunista internacional. O culto da camarada Stáline no Partido Comunista da União Soviética e no nosso próprio Partido é o exemplo mais vincado e generalizado deste erro de carácter histórico.

Coube ao Partido Comunista da União Soviética o grande mérito de contribuir decisivamente para a eliminação do culto da personalidade e das suas consequências ao descobrir e denunciar as raízes históricas e ideológicas deste fenómeno estranho aos princípios do marxismo-leninismo. O grande mérito de armar ideologicamente os partidos comunistas e o movimento opo-

rário internacional contra esta grave deformação dos princípios do marxismo-leninismo, coube ainda ao Partido Comunista da União Soviética com a discussão travada no XX.º Congresso e a publicação da «Resolução sobre a Eliminação do Culto da Personalidade e das suas Consequências», cujo estudo alento se recomenda a todos os membros do nosso Partido.

Procurando aprofundar a origem da falta de direcção colectiva e do culto da personalidade no nosso Partido, o Comité Central verificou que desde a sua fundação, em 1921, o Partido foi dirigido até 1928 por elementos instáveis, na sua maioria estranhos à classe operária. A confusão ideológica então reinante no movimento operário português, onde predominava a influência individualista do anarco-sindicalismo e da pequena burguesia, reflectiu-se profundamente na formação política e ideológica dos membros do Partido e dos dirigentes dessa época.

A partir de 1929, com a entrada do dirigente operário, Bento Gonçalves, para a direcção do Partido, a acção política do Partido como vanguarda do proletariado começa a fazer-se sentir e as ideias do marxismo-leninismo começam a ganhar a consciência dos trabalhadores portugueses. Mas a direcção do Partido era e continuou a ser durante muito tempo uma direcção de tipo essencialmente individual.

Nos primeiros anos da década de 1930-40 não existia o Comité Central. Era o Secretariado que dirigia o Partido. No próprio Secretariado não existia trabalho colectivo. Um exemplo bem frisante é o do Secretariado dessa época não ter discutido colectivamente qual seria a delegação do nosso Partido ao VII.º Congresso da Internacional Comunista, em 1935, e de só 2 membros do Secretariado terem conhecimento do relatório que em nome do Partido foi apresentado a esse histórico Congresso.

No período de 1936-40, devido à ausência de trabalho colectivo e à falta de disciplina e de vigilância revolucionária dentro do Partido, a polícia conseguiu introduzir agentes provocadores no seio do Partido, causando-nos pesadas baixas. Por este facto, quando a maioria dos quadros provados de direcção se encontrava presa no Terrajal, Angra do Heroísmo e Cadeias do Continente, um grupo de elementos mais tarde justamente desmascarado como um grupelho provocatório, apoderou-se da Direcção do Partido, conduzindo-o ao descrédito tanto no plano nacional como internacional.

O Partido foi expulso da Internacional Comunista, então existente. Desmantelou-se.

Depois de 1940, isto é, depois da Reorganização, o Partido depurou-se e fortaleceu-se como o provam o grande aumento dos efectivos e as greves e outras acções de massas desencadeadas de 1940 em diante. Esta época marca uma importante viragem no trabalho de direcção colectiva do Partido. Além de várias reuniões de direcção, realizaram-se, em 1943 e 1946, o I.º e o II.º Congressos ilegais do Partido.

Os êxitos conseguidos pelo Partido, pelas massas trabalhadoras e pelos movimentos democráticos na luta contra a ditadura salazarista desde 1940 até princípios de 1949, estão estreitamente ligados com a melhoria do trabalho de direcção verificada nesse período. O Partido passou a ter o seu Comité Central eleito. Este, porém, como organismo, não dirigia o Partido numa forma efectiva. As reuniões do Comité Central realizavam-se de forma irregular e só para se pronunciar sobre aspectos parciais da linha do Partido. Era o Secretariado do Comité Central e não o próprio Comité Central quem decidia sempre da sua ordem de trabalhos e da sua convocação. Facilitado pelas condições de clandestinidade, o Secretariado continuou a chamar a si, indevidamente, as funções do próprio Comité Central mantendo uma situação anormal no funcionamento dos órgãos dirigentes do Partido.

De 1949 em diante, esta incorrecta centralização das funções do Comité Central por parte do Secretariado tornou-se ainda mais acentuada. Foram presos vários camaradas do Comité Central e este ficou com um reduzido número de membros. A repressão atingiu duramente muitos quadros e organizações do Partido. Simultaneamente o inimigo conseguiu infiltrar no Partido agentes provocadores e levou à traição alguns indivíduos que nessa altura eram membros do Partido.

No terreno político operaram-se transformações importantes na correlação de forças tanto no campo nacional como internacional. Formou-se o bloco agressivo da N.A.T.O. e começou o período de tensão internacional conhecido por *guerra fria*. Deu-se uma cisão no movimento operário internacional e a separação da Jugoslávia do campo dos países socialistas motivada por uma acção errada de alguns partidos comunistas. Os imperialistas lançaram uma campanha anti-soviética e anti-comunista desenfreada o mostrando trivelmente a sua protecção ao salazarismo, pelo que este ganhou novos elementos. Este ambiente, aliado a graves erros sectários do nosso Partido no terreno da unidade, repercutiu-se no plano nacional de forma negativa conduzindo à quebra de unidade entre o Partido e as restantes forças democráticas.

Num momento como este, de refluxo revolucionário, era necessária a maior disciplina e vigilância para defender o Partido da provocação e dos golpes policiais. O Secretariado para fazer frente à situação, centralizou ainda mais nas suas mãos a actividade do Partido, passando a realizar tarefas que, em condições normais, outros camaradas poderiam realizar. Poderá perguntar-se: foi necessária e correcta esta centralização? Foi um mal para o Partido nesse período crítico da sua existência? Tomando estas medidas o Secretariado deu provas de firmeza e decisão na defesa do Partido. O mal não está na centralização que nos primeiros momentos, dadas as condições existentes, foi necessária. O mal está em se ter deixado arrastar essa situação para além do período em que foi necessário. Depois de ter tomado as medidas mais convenientes e imediatas para a defesa dos quadros do Partido e do seu apêlho central, o Secretariado tinha o dever de convocar as reuniões que se impunham com os quadros mais capazes que o Partido possuía, para além do Secretariado, a fim de lhes expor a situação do Partido e chamá-los à participação no estudo da situação e das medidas a tomar. Nessas reuniões se encontrariam as formas de organização e de acção mais convenientes para o momento; se teria promovido o alargamento do Comité Central que deveria tomar nas suas mãos a direcção do Partido. Não procedendo assim, deixando arrastar a situação

muito para além do necessário, não promovendo o alargamento do Comité Central e continuando a centralizar indevidamente o trabalho de direcção nas suas mãos, o Secretariado subestimou o Comité Central do Partido, revelou falta de confiança nas massas e, desta forma, objectivamente fomentou o seu próprio culto.

O culto da personalidade e a ausência do trabalho colectivo atingiram todas as organizações do Partido nos diversos escalões, tendo conduzido à quebra de confiança na base do Partido e nas massas. O autoritarismo e o dogmatismo transformaram-se numa prática corrente em todos os escalões do Partido. Qualquer controlador, de cima a baixo, arrogava-se o direito de falar abusivamente em nome de todo o Partido e era frequente que as ordens dadas autoritariamente e individualmente substituísem a discussão e o trabalho colectivo. As organizações do Partido deixaram de ter vida política, passaram a fechar-se ainda mais e a isolar-se das massas, tendo perdido muito da sua combatividade. A ausência do trabalho colectivo não permitiu que se revelasse o espírito criador dos membros do Partido. Uma grande parte das resoluções não eram nem podiam ser cumpridas dadas as debilidades orgânicas existentes, e a materialização da linha do Partido era, a maioria das vezes, realizada pelos camaradas de forma individual e não em ligação com as massas, o que tornava os membros do Partido alvo fácil da repressão fascista. Em resultado desta situação, mesmo nos locais onde obtinhamos êxitos, não era possível consolidá-los e ampliá-los, o que nos conduzia para situações de recuo e a um isolamento cada vez maior. O princípio leninista de direcção colectiva foi assim grosseiramente violado e substituído, aos poucos, do topo à base, pelo errado método de direcção individual.

Deste modo, se explica que o Partido tenha chegado à IV.ª Reunião Ampliada do Comité Central, em Dezembro de 1952, com um Comité Central que pouco mais era que o Secretariado. Esta grave situação na Direcção do Partido, além de irregular, fez correr sérios riscos a todo o trabalho de direcção do Partido. Se nessa época a repressão policial tivesse atingido os membros do Secretariado o Partido ficaria praticamente decapitado.

É justo dizer que cabe ao próprio Secretariado o mérito de ter dado os passos necessários para começar a corrigir esta situação, convocando a IV.ª Reunião Ampliada e outras reuniões de direcção, onde foram eleitos novos membros para o Comité Central.

Porém, apesar destes passos positivos, só em Agosto de 1955, com a VI.ª Reunião Ampliada do Comité Central, se começa uma viragem decisiva no trabalho colectivo de direcção e na luta contra o sectarismo que estava a minar o Partido e a desligá-lo das massas. O Comité Central foi ampliado e foi eleito a Comissão Política do Comité Central que, pela primeira vez na história do Partido passou a existir como organismo dirigente, com funcionamento regular nos intervalos das reuniões do Comité Central.

O Comité Central concluiu que no nosso Partido existia, a par do culto da personalidade em geral, o culto do Secretariado em particular. Como foi isto possível?

O culto do Secretariado foi possível e facilitado pelas anormalidades no trabalho de direcção colectiva aí então enunciadas, relacionadas com a sobreposição do Secretariado do Comité Central ao próprio Comité Central. Por este facto, o Secretariado colocou-se acima do Partido tendo ganho e alimentado a ideia do que as camaradas que o compunham eram dentro do Partido os únicos capazes de realizar determinadas tarefas. Isto facilitou o culto do Secretariado como organismo e o culto da personalidade dos camaradas que o compunham. Por outro lado, apesar dos erros e formas defectuosas da vida interna do Partido já enunciadas, foram alcançados pelo Partido importantes e notáveis êxitos consubstanciados nos importantes greves operárias e camponesas e nos milhares de pequenas e grandes lutas políticas e económicas. O Partido aumentou os seus efectivos e alcançou prestígio à escala nacional e

internacional pela luta consequente que conduziu na defesa dos interesses da classe operária e do nosso povo.

O Partido manteve sempre, no fundamental, fidelidade, intransigente aos princípios ideológicos do marxismo-leninismo, educando os seus membros no espírito da fidelidade sem limites à causa da classe operária e do povo, à defesa dos interesses nacionais e no espírito do internacionalismo proletário e da amizade e solidariedade entre os trabalhadores e os povos de todos os países. A posição de firmeza contra o desvio político conhecido por *política de transição* é uma prova evidente da fidelidade do Partido a estes princípios.

Este apreciável volume de factos positivos, a que está ligada a acção do Secretariado, não nos deixou compreender que esses e outros êxitos eram e são o fruto, não da acção do Secretariado, não deste ou daquela camarada ou organismo, mas de todo o Partido do topo à base e da acção das massas.

Assim se desenvolveu o culto do Secretariado do Comité Central como organismo e se fomentou o culto da personalidade em todo o Partido, a começar pelos membros do Secretariado individualmente.

Cabe aqui afirmar que a esta situação não é estranho o reflexo do culto da personalidade e dos métodos anti-leninistas que então respirava todo o movimento operário internacional. Independentemente da influência e das características pessoais dos camaradas do Secretariado, e quaisquer que fossem esses camaradas ou as suas características, sempre, numa base maior ou menor, a direcção do nosso Partido seria atingida por um clima que é fruto da situação histórica que atravessou o movimento comunista em todos os países. Quaisquer que fossem os membros do Comité Central do nosso Partido, para se comportarem como marxistas-leninistas teriam que estar atentos aos ricos exemplos do Partido Comunista da União Soviética, dele colheriam os inúmeros e fundamentais ensinamentos dados pelos seus êxitos e também, inevitavelmente, a influência dos erros temporários e parciais introduzidos na vida do grande Partido Soviético pelos erros de Stáline, que estão indissolúvelmente ligados ao facto dos grandiosos êxitos de construção do primeiro Estado Socialista do Mundo e do rápido avanço do movimento comunista em todos os países se terem operado num prazo histórico muito curto.

Quaisquer que fossem os dirigentes do nosso Partido, eles teriam fatalmente reflectido no seu trabalho de direcção os fenómenos negativos que se desenvolviam no movimento comunista internacional, teriam recebido a influência do culto da personalidade existente à escala internacional e vivo em nós, comunistas portugueses, desde a fundação do Partido e transmitido como herança que a clandestinidade, e a repressão agravaram ao longo dos anos. É lógico que se existiam estes defeitos nos órgãos superiores do Partido as suas consequências repercutiram-se em toda a organização imprimindo-lhe o seu cunho.

O culto da personalidade, agravado pela presunção e falta de modéstia, criou o dogmatismo que se baseia na falsa concepção da infalibilidade de certos dirigentes do Partido, debilitou o papel da crítica e auto-crítica, conduziu progressivamente a um método de trabalho que não tomava em conta as opiniões dos quadros e mesmo as sufocava, quando opostas às da direcção do Partido.

Foi o dogmatismo, aliado à falta de direcção colectiva e do centralismo democrático e ao baixo nível político e ideológico, que nos conduziu a erros de carácter político e a uma defeituosa política de quadros.

O dogmatismo levou-nos para posições sectárias em relação à política de unidade com as outras forças democráticas.

A falta de maleabilidade política com demarcas de outras tendências partia da posição dogmática de se considerar que todos os que não concordassem com os nossos pontos de vista não cabiam na unidade. Daqui o não termos sabido valorizar o que nos aproximava e de classificarmos de oportunistas pessoas com as quais nos podíamos entender. O dogmatismo teve, portanto, graves consequências na condução da política de unidade com as outras forças democráticas, como se constatou na Reunião do Comité Central, de Maio de 1956.

Por uma falsa concepção da infalibilidade dos dirigentes e pelo apagar do papel da crítica e auto-crítica, aliados ao clima existente no movimento comunista internacional, profundamente influenciado pelos erros de Stáline e pela sua defeituosa forma de vigilância em defesa do Partido e das conquistas do Socialismo, no último período da sua vida, foi transplantado mecanicamente para o nosso Partido um clima menos sã em que a vigilância se confundia com a desconfiança no trato com os quadros.

Este fenómeno, que é também uma consequência do culto da personalidade manifestou-se frequentemente na sufocação das críticas a partir da base, em apreciações superficiais sobre os quadros e na aplicação de sanções menos justas. Manifestou-se ainda no autoritarismo, na rispidez e noutras formas menos correctas e menos respeitadas nas relações entre os quadros. Na maioria dos casos estes eram sancionados sem sequer serem ouvidas as suas razões. Esta errada política de quadros, que se generalizou a todo o Partido, teve um relevo acentuado na sua Direcção e, em particular, no Secretariado do Comité Central.

O Secretariado aplicou a vários quadros sanções exageradas que não estavam de harmonia com a gravidade das faltas cometidas. Esta severidade foi aplicada aos próprios membros do Comité Central incluindo os membros do Secretariado individualmente. Entre os exageros cometidos salientam-se as sanções aplicadas aos camaradas Santos, Montes e André, assim como o volume e publicidade dados a estes casos.

Exceptuando a expulsão de indivíduos que se revelaram inimigos e traidores declarados do Partido, da classe operária e do povo, que foi e continua a ser justa, foram expulsos do Partido ou sofreram severas sanções camaradas que, tendo praticado erros, mereciam sanções, mas não tão rigorosas.

Foram igualmente errados o volume e a publicidade dados ao mau comportamento de alguns quadros do Partido frente ao inimigo, o que apagava os exemplos que verdadeiramente caracterizam o Partido: o corajoso esforço e o porte exemplar da imensa maioria dos quadros que, em situações bem difíceis de clandestinidade e frente ao inimigo, cumpriram e cumprem honrosamente as suas tarefas e os seus deveres.

As graves violações aos princípios orgânicos verificadas no Partido, originaram um clima desfavorável, possibilitaram que pessoas honestas fossem confundidas e levadas a posições que eram objectivamente de combate ao Partido. Esta situação foi explorada pelo inimigo.

O Comité Central tomou medidas para apurar e reparar os erros cometidos e, constatando que no passado houve camaradas que, tendo ideais justos tiveram receio de as expor abertamente, lembra a todos os membros do Partido que se devem sentir inteiramente à vontade para, nos seus organismos, exercerem o sagrado direito de expor em tudo quanto julguem poder contribuir para a defesa, melhoria e o progresso da actividade do Partido, pois só isso serve verdadeiramente os interesses do nosso povo.

Já em Agosto de 1955, o sectarismo, a falta de vida colectiva e a não aplicação dos princípios leninistas do centralismo democrático foram submetidos a uma severa crítica na VI.ª Reunião Ampliada do Comité Central.

Esta reunião foi muito importante pois começaram desde então a ser dados passos concretos no sentido da rectificação dos nossos erros. Mas é fora de dúvida que os ensinamentos do XX.º Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em Fevereiro de 1956, e a sua corajosa análise aos erros cometidos foram decisivos para compreendermos que o sectarismo, o dogmatismo, o trabalho individual e as violações do centralismo democrático têm a sua origem profunda no culto da personalidade.

Cabe ainda ao XX.º Congresso do Partido Comunista da União Soviética o mérito de nos ter ensinado a compreender o erro dogmático da transplantação mecânica para o nosso Partido de orientações ou medidas da Partidos irmãos, ditadas por condições históricas e políticas diferentes das nossas.

Por, estes factos, o Comité Central do Partido Comunista Português aprova a declaração da Comissão Política do Comité Central do nosso Partido que «reafirma a sua confiança no Partido Comunista da União Soviética e no seu Comité Central ante a sua posição leninista, e mostra o seu reconhecimento pela sua preciosa contribuição ao movimento operário internacional e ao nosso próprio Partido, ao denunciarem o culto da personalidade e as suas consequências e ao rectificarem algumas das suas teses que não eram acertadas».

A discussão realizada pelo Comité Central sobre as consequências do culto da personalidade e dos erros cometidos no nosso trabalho teve um carácter amplo, democrático em que a crítica e a auto-crítica tiveram um papel importante. Isto é um sinal de vitalidade e de força do Partido. Mostra que o Partido não recusa a crítica para a correção dos seus erros, nem recusa colocá-los franca e abertamente a todo o Partido. Na revelação e crítica dos nossos erros o Partido não se deixa perturbar pelas especulações grosseiras que o inimigo possa vir a fazer. Na análise e crítica dos seus erros o Partido Comunista guia-se sempre por questões de princípio, utilizando a grande arma da crítica e auto-crítica certo de que o Partido e os quadros beneficiam com este procedimento, ficando armados para não voltar a cair em erros semelhantes.

Os erros cometidos no passado, atrás analisados, tanto no que se refere à linha política do Partido, como na aplicação dos princípios orgânicos do centralismo democrático e no trabalho de direcção colectiva, por muito graves que tenham sido, não se comparam ao enorme volume de êxitos e ao trabalho positivo do Partido em todas as esferas da sua actividade. Sob o fogo constante dos inimigos do nosso povo, o fascismo salazarista, o Partido cresceu o fortaleceu-se, tendo forjado na dura escola da luta grande número de quadros firmes e profundamente dedicados à causa da classe operária e do povo; criou raízes fundas nas massas trabalhadoras do nosso país e cujos interesses tem dedicado o melhor da sua actividade; presilgiou-se como Partido nacional, mantendo sempre bem alta a bandeira da luta pela Democracia, pela Independência nacional e pela Paz e mantendo, no fundamental, fidelidade aos princípios luminosos do marxismo-leninismo e à grande bandeira do internacionalismo proletário. No que se refere aos erros, o Partido soube encontrar no seu próprio seio as necessárias forças para iniciar a sua enérgica e desassombrada correcção.

Com esta importante reunião, o Comité Central tomou nas suas mãos a direcção efectiva do trabalho do Partido, restabelecendo assim os direitos e a autoridade do Comité Central como órgão dirigente do Partido, no intervalo dos Congressos, estabelecendo a regularidade do seu funcionamento, definindo as funções e

atribuições dos vários organismos de direcção e homogeneamente da Comissão Política, do Secretariado e da Comissão de Organização, pronunciando-se no sentido de que cada membro do Comité Central se considere e seja efectivamente um verdadeiro dirigente do Partido. Estas são importantes medidas no sentido de imprimir o método de trabalho colectivo e o centralismo democrático em todo o Partido.

Importa para isso ter presente a indissolubilidade dos dois princípios do centralismo e da democracia interna no Partido, já definidos no Informe de Organização apresentado pelo Comité Central ao II.º Congresso Ilegal. Nele se diz acertadamente que **centralismo** significa que todas as organizações do Partido se subordinam a um único centro: a Direcção do Partido e que as directrizes desta «*não só não podem ser alteradas por qualquer outro escalão do Partido, como devem ser por ele cumpridas*», o que pressupõe uma disciplina consciente de todos os membros do Partido. Por sua vez, a **democracia interna do Partido** significa a apreciação e discussão ampla e livre, dentro de cada organização do Partido, de toda a sua orientação e actividade, que as decisões são tomadas de uma forma democrática, que todos os organismos de direcção devem ser designados por eleição, que os organismos de direcção dão contas da sua actividade às organizações respectivas e que os membros do Partido têm o direito e o dever de criticar, no seu escalão, a orientação e a actividade de todo o Partido.

Se bem que, nas condições de clandestinidade, em que todas estas normas leninistas possam ser aplicadas, esta restrição não deverá servir de pretexto para se deixar de aplicar estes princípios sempre que possam ser aplicados, e nunca como o predomínio do centralismo sobre a democracia interna ou desta sobre aquela, no nosso Projecto de Estatutos já estes princípios imutáveis do Partido estão consignados como Lei do Partido e como tal devem ser estudados e aplicados desde já na prática.

A rectificação completa dos erros do passado não depende da simples constatação desses erros. Ela só poderá realizar-se na prática e na acção diárias e está indissolúvelmente ligada à justa aplicação dos princípios leninistas do centralismo democrático; à intensificação da vida política e colectiva de todas as organizações, tendo em conta que a grande ajuda aos quadros na discussão dos seus problemas e das suas deficiências é dada principalmente nas reuniões colectivas dos seus organismos; à intensificação do debate de ideias e à prática da crítica de baixo para cima.

O Comité Central chama a atenção de todo o Partido para a necessidade de estarmos vigilantes e não permitir que, debaixo da capa da rectificação dos erros cometidos, se caia no revisionismo e na prática do liberalismo pequeno-burguês, estranhos aos princípios do marxismo-leninismo.

Hoje, o Partido está em condições de, com a inestimável ajuda de todos os seus membros levar frutuosamente para diante a correcção dos nossos erros relacionados com o culto da personalidade e não voltar a cometer erros do mesmo tipo. Outros erros se cometerão inevitavelmente mas a utilização da democracia na vida interior do Partido que o Comité Central decidiu fazer florescer de cima a baixo no Partido, combinada de forma harmoniosa ao princípio do centralismo, são garantia segura do desenvolvimento da actividade do conjunto do Partido, da elevação da actividade a um nível superior, da formação de um grande número de quadros competentes. São garantia segura de que, qualquer que seja a composição da sua Direcção, o Partido prosseguirá fiel aos ensinamentos do marxismo-leninismo.

DEZEMBRO DE 1956

O COMITÉ CENTRAL DO
PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

AS CORPORACÕES E A LUTA DE CLASSES

Por AMILCAR

OS ideólogos burgueses do Estado corporativo conduzem uma grande campanha ideológica com vista a impingirem as corporações como o elixir salvador das dificuldades com que se debate o país e também o mundo (não se pode dizer que sejam modestos) tanto no aspecto económico, como no social e político. Eles apresentam as corporações como uma fórmula para acabar com a luta de classes, para tornar amigos os exploradores e os explorados (1!). Segundo um desses ideólogos do fascismo salazarista, as corporações significam mesmo o caminho contra os monopólios e para a «terradeira liberdade».

A verdade é que com a criação das corporações, a camarilha salazarista tem por objectivo criar novas armas contra a classe operária e as restantes massas trabalhadoras. Com tal campanha ideológica que convida os trabalhadores à passividade com a promessa mentirosa de melhoria da situação, esses ideólogos do corporativismo, melhor dito da grande burguesia reacção, pretendem enganar, confundir e desarmar a classe operária e restantes trabalhadores e também, em certa medida, a pequena e média burguesia para, pela criação das corporações, centralizarem ainda mais o poder dos monopólios, como, aliás, alguns adeptos do actual regime tiveram de constatar no último congresso da União Nacional, na Assembleia Nacional e noutros lugares.

★

Num discurso, pronunciado em 23/4/56, perante os componentes da Associação dos Correspondentes da Imprensa Estrangeira, Marcelo Caetano, ministro da Presidência, referiu-se «ao crepúsculo das democracias» e à «hipertrofia do poder das assembleias políticas recrutadas por sufrágio universal».

Pelas palavras de um dos maiores expoentes do actual regime, pode ver-se que a grande burguesia capitalista reacção e os grandes agrários procuram pela criação das corporações vencer as dificuldades com que o regime se debate: crise crónica da agricultura, crise que se verifica cada vez mais na indústria, particularmente na têxtil, coriça e conservas, desemprego permanente no campo e na cidade, déficits crescentes da nossa balança comercial, agravamento da situação colonial, etc. Tudo isto faz aumentar o descontentamento em todas as camadas da população, inclusive nas próprias fileiras salazaristas, descontentamento que muitas vezes se transforma em manifestações abertas e em lutas reivindicativas e mesmo contra o regime e o governo. As lutas das massas trabalhadoras pelas suas reivindicações e direitos, as últimas manifestações dos estudantes universitários e as acções das forças democráticas pelas liberdades democráticas não fazem mais que agravar essas dificuldades do regime e do governo.

É claro que a água o ódio e o desprezo que os governantes salazaristas mostram pelas massas, pelo povo. E porque sucede isto? Isto sucede porque eles não estão seguros da sua simpatia e apoio. Se o estivessem eles não teriam medo do sufrágio universal exercido em plena liberdade e igualdade, não teriam medo que o povo se pronunciasse nas tais assembleias políticas. Portanto, parece-nos ser absolutamente justo considerar que um governo que despreza e teme o povo, que só pode governar por métodos policiais, com tribunais plenários, com medidas de segurança, com a censura, não mostra força e confiança mas sim debilidade e falta de confiança, e, por isso mesmo, está condenado a desaparecer num curto prazo histórico de tempo. Não se

vá julgar, entretanto, que cairá por si, para ele cair é preciso empurrá-lo. O empurrão necessário para ele cair só pode ser dado por todas as forças democráticas e anti-salazaristas coligadas numa poderosa frente de combate pela legalidade e a democracia.

Pela boca do ministro da Presidência, a actual camarilha governante sobrepõe «um governo de pessoas competentes» a uma assembleia representativa da Nação. Quer dizer, diladura dos monopólios contra as classes trabalhadores e as classes médias. Este é o tipo de liberdade que eles defendem, pois lhes permitirá exercer uma exploração acrescida das massas trabalhadoras. A criação das corporações visa esse objectivo.

A debilidade do regime, debilidade que não significa ainda desmoronamento, está expressa nas próprias palavras de Marcelo Caetano quando no citado discurso afirma que estavam apenas lançadas as bases para se alcançar o objectivo de aumentar sensivelmente o rendimento nacional e em termos que se reflectam na melhoria do nível de vida de toda a população. Esta confissão (embora mentirosa, pois a base para o desenvolvimento industrial e económico do país só pode ter lugar com a montagem da indústria pesada, coisa que ainda não existe) esta confissão, dizíamos, demonstra à classe operária, ao povo, que o regime fascista corporativo de Salazar não serve o país, mas apenas um punhado de grandes senhores da banca, da indústria e da terra. Realmente um regime e um governo que em 30 anos não conseguem criar sequer as bases para aumentar de forma real o rendimento nacional, mostram ao povo português e ao mundo a sua falência. Compreende-se, pois, que o governo de Salazar, governo que representa e serve os monopólios se mostre inimigo mortal do «sistema de sufrágio que permite que partidos anti-liberais, como o comunista, conquistem através da maioria o direito de suprimir todas as liberdades». Melhor desceramento não se pode imaginar.

Particularmente no momento actual, este aspecto reveste-se de enorme importância para o Partido, pois põe mais uma vez a clero a necessidade do grande esforço organizativo e mobilizador que é preciso realizar por cada comunista com vista a vencerem-se os obstáculos que o governo ditatorial de Salazar colocará ante as forças da oposição durante as próximas campanhas eleitorais.

Torne-se mais uma vez claro que a camarilha salazarista é uma minoria que governa contra a vontade da Nação. Quando vêm declarar a sua hostilidade ao sistema do sufrágio universal, os salazaristas cometem o erro de justificar isso com o receio de que a maioria escolha um partido anti-liberal, temendo que assim se venham a suprimir todas as liberdades. Tal receio dos provados anti-liberais salazaristas é infundado, porquanto é absolutamente compreensível para todas as pessoas de bom senso que quando a maioria escolhe livremente escolhe bem.

O que a camarilha salazarista teme, isso sim, é ficar privada da liberdade de poder continuar a explorar e oprimir as massas trabalhadoras, todo o povo. Daí a pressa em criar novos organismos centralizadores de toda a vida económica, social e política.

★

Ao organizarem obrigatoriamente toda uma indústria, ou mesmo mais, numa «corporação centraliza-

da», quem ficará e comandar, quem imporá normas, preços, etc., serão os grandes. Nestas condições, os pequenos e médios industriais e comerciantes, os pequenos e médios e até ricos agricultores serão postos fora de combate, ou serão absorvidos pelos grandes, transformando-se em simples empregados dos monopólios. Um dos objectivos principais a atingir com as corporações é aumentar ainda mais o poder das coligações monopolistas. Esta realidade tornou-se tão clara que até entre os que apoiam ou que ainda há pouco apoiavam o regime salazarista, quer dizer, o estado corporativo sem corporações, se levantaram vozes temerosas de que as corporações viessem a favorecer ainda mais a concentração da riqueza nas mãos de umas tantas dezenas de famílias.

Tal temor é legítimo, pois se o governo de Salazar conseguir levar avante a sua política favorável aos monopólios, no caso de que tratamos, através das corporações que está a criar, a riqueza concentrar-se-á ainda mais nas mãos de um pequeno número, o que significará o desaparecimento de muitas pequenas e médias economias da indústria, do comércio e da agricultura. Os monopólios entravam o desenvolvimento do país, elevam ao máximo a exploração das massas trabalhadoras, esmagam ou absorvem os pequenos e médios industriais, comerciantes e agricultores, não perguntando a nenhum em que campo político se encontra. A criação das corporações agravará ainda mais esta situação sem dúvida alguma. Esta realidade coloca ante cada comunista a tarefa de actuar de forma a contribuir para orientar todas as vozes que se levantam contra os monopólios no sentido da unidade, unidade que, neste caso, pode ser apenas para lutar contra o poder dos monopólios e as corporações, cuja criação espreçada tem por objectivo favorecer-las ainda mais.

Com a criação das corporações, as Associações Comerciais e Industriais, não desaparecendo imediatamente, não poderão desempenhar a sua missão que consiste em defenderem os interesses dos seus associados. Este outro aspecto do problema não poderá deixar de aumentar as contradições e choques de interesses entre os que ainda apoiam o regime.



As contradições em que caem constantemente os teóricos, ideólogos e propagandistas do corporativismo são cada vez maiores. Tão depressa realçam as virtudes do corporativismo como dizem que ainda não foi praticado, etc...

As virtudes do corporativismo português, velho de 24 anos, não são nenhuns. O sistema corporativo fascista telhou durante a segunda guerra mundial no nosso país e de tal forma que teve de ser posta de lado a sua aplicação como incapaz de resistir às dificuldades que a guerra provocou no nosso país. E o nosso país não participou nas hostilidades...

O ministro das Corporações afirmou em 23.9.56 que: «O senhor presidente do Conselho não desejava que a evolução corporativa se precipitasse durante períodos tão incertos e agitados como foram os da guerra e o do pós guerra».

Nem o próprio criador do corporativismo português (depois de ler a carilha de Mussolini) teve confiança nele! Quer dizer: quando houver que enfrentar períodos difíceis recorre-se a outros métodos, opera-se um novo desvio e as corporações serão apenas para as horas boas.

E fora de dúvida que um bom sistema deve provar precisamente nos momentos difíceis e agitados o que não sucedeu, não podia suceder com o corporativismo salazarista.

Nós dizemos que o regime socialista é o melhor. Quando rebentou a segunda guerra mundial foi ele posto de lado? Não, não foi. Mais, quando o único país socialista, a União Soviética, foi atacado traiçoeiramente pela mais poderosa força militar que a história jamais tinha conhecido, foi posto de lado o sistema soviético? Não, não foi. O regime socialista saiu vitorioso de todas as difíceis provas da guerra e do pós guerra, pela razão de ser um regime verdadeiramente popular e gozar do apoio de todo o povo. Que nos

diz este confronto? Diz-nos que temos razão ao dizermos que o regime socialista é o melhor para resolver todos os problemas dos povos e das nações e que o regime corporativo de Salazar é incapaz de resolver satisfatoriamente um só problema do povo e da Nação.

Por isso, dizemos que a nova tentativa de camarilha salazarista de impôr as corporações, tem por objectivo criar uma cúpula para todas as organizações económicas e sociais, de centralizar ainda mais tudo para tentar impedir quaisquer movimentos de protesto das massas trabalhadoras pelos seus direitos e impedir qualquer assomo de revolta das massas populares pela liberdade e a democracia.

E porque procura o governo fascista de Salazar apertar o seu domínio opressivo? Porque, como já tem sido demonstrado pelo Partido, aumentam as suas dificuldades internas e externas, porque se avizinha cada vez mais a crise económica e mesmo política que vem corroendo lentamente o regime. É para fazer frente a essas dificuldades e à crise que o corroi e enfraquece que a grande burguesia reacção portuguesa, aliada aos monopólios estrangeiros, procura pôr em prática novos e mais refinados processos de dominação com vista a vencer essas dificuldades à custa das massas laboriosas.

Nesta nova ofensiva contra a classe operária e restantes trabalhadores, o governo de Salazar poderá obter alguns êxitos temporários se a classe operária não se unir e lutar em todos os locais de trabalho, nos Sindicatos, nas Casas do Povo, nas Casas dos Pescadores, e não for capaz de juntar à sua volta todas as forças sãs de Portugal contra o regime e o governo dos grandes capitalistas e grandes agrários. Não há outro caminho a seguir.

Não será com a criação das corporações que a camarilha salazarista conseguirá desfazer esta realidade. Pelo contrário, esta tentativa de iludir o problema da concentração progressiva da riqueza e do poder nas mãos dos monopólios, longe de atenuar as contradições internas do regime e a luta de classes, ao contrário, agravá-las ainda mais.



Os ideólogos e propagandistas do corporativismo fascista esforçam-se por convencer as massas trabalhadoras de que o Estado está colocado acima das classes, de que é um árbitro para harmonizar os interesses das classes. Eles dizem que não cederão «a quaisquer influências dos chamados grandes interesses», que não servem interesses particulares nem classes, isto dito, por exemplo, Costa Leite (Lumbrals), etc. Enfim, eles pregam a harmonia das classes apresentando a luta de classes como uma invenção dos comunistas.

Em primeiro lugar, o que é o Estado? Segundo nos ensina Lênine,

«O Estado é o produto e a manifestação dos antagonismos de classes irreconciliáveis. O Estado surge, no momento e na medida onde, objectivamente, as contradições de classes não podem ser conciliáveis. E, inversamente, a existência do Estado prova que os antagonismos de classes são inconciliáveis». («O Estado e a Revolução», Edições Sociais, Paris, 1936).

«Segundo Marx, salienta Lênine na obra citada, o Estado não poderia ter surgido nem manter-se se a conciliação das classes fosse possível...» «Segundo Marx, o Estado é um organismo de dominação de classe, um organismo de opressão de uma classe por uma outra; é a criação de uma «ordem» que legaliza e reforça esta opressão, moderando o conflito das classes».

«O Estado representativo moderno, diz Engels, é um instrumento de exploração do trabalho assalariado pelo capital».

Vê-se assim que o Estado não está acima das classes. Se se trata de um estado burguês ele é um instrumento de domínio e opressão da grande burguesia sobre o proletariado. No caso português que tratamos, ele é um instrumento de domínio do que há de mais reacção na burguesia, é um instrumento do capital financeiro contra o proletariado, sim, mas também con-



tra todas as camadas laboriosas da Nação. Se se trata de um Estado dirigido pela classe operária, e onde ainda existem classes, ou restos de classes, o Estado é um instrumento de domínio do proletariado, da imensa maioria do povo, sobre uma ínfima minoria que é a grande burguesia.

O desenvolvimento da luta de classes é uma realidade histórica na sociedade que conduzirá inevitavelmente à substituição revolucionária do capitalismo pelo socialismo. Nenhuma força no mundo o poderá evitar. Esta, a grande razão porque os ideólogos da burguesia lançam mão de todo um arsenal ideológico, não recuando ante as maiores mentiras e falsificações para perverterem a consciência da classe operária.

Eles pretendem negar a luta de classes, mas, como é sabido, é o capitalismo que divide as nações em grupos de interesses que se opõem. A própria existência da propriedade privada dos meios de produção não pode deixar de dividir os homens, de provocar a exploração de uns pelos outros, de provocar uma oposição de interesses, a luta de classes. Esta realidade que é vivida por todos pretendem os propagandistas do corporativismo salazarista fazer crer que não existe, não obstante conduzirem uma implacável luta de classes contra os trabalhadores. Os salazaristas falam cinicamente em «harmonia das classes», arvoram freneticamente a bandeira da «harmonia» entre patrões e trabalhadores, dos «interesses comuns», etc.. Entretanto, o Estado é também patrão, e que se verifica? Que em muitos casos os operários das fábricas do Estado — Arsenal do Alfeite, fábricas de material de guerra, trabalhadores das obras públicas, para já não falarmos no funcionalismo público — paga salários mais baixos do que muitas fábricas particulares, obriga a horas extraordinárias que em alguns casos não paga (funcionários públicos), etc.. Vê-se assim que o Estado patrão conduz contra os seus próprios operários e empregados uma política de desenfreada exploração. E assim torna-se claro que ao arvorar a bandeira dos «interesses comuns» entre trabalhadores e patrões, a camarilha salazarista pretende apenas enganar os trabalhadores para os poder explorar ainda mais e assim proporcionar maiores lucros aos monopólios que representa e serve fielmente.

A política que a camarilha salazarista realiza, é uma política de classe contra outras classes, o em primeiro lugar, contra a classe operária industrial e agrícola. Essa política exprime os interesses dos grandes capitalistas e agrários e tem sempre por fim favorecê-los e, por isso, tal política é absolutamente hostil às classes trabalhadoras. Não pode ser favorável às massas laboriosas uma política que favorece o enriquecimento de um pequeno número à custa do empobrecimento constante e miséria da maioria esmagadora da população do país.

Para a realização prática desta verdadeira guerra de classe contra classes, a grande burguesia reaccionária dispõe de todo um bem montado aparelho de Estado. O Estado actual não está pois acima das classes, mas, ao contrário, é um instrumento de exploração da grande burguesia contra as classes trabalhadoras.

Ninguém se irá convencer que a proibição de greve, os tribunais plenários, as «medidas de segurança» particularmente contra os representantes da classe operária, a PIDE, a GNR, a PSP, a Legião, o Exército,

ninguém se irá convencer, dizíamos, que tudo isto sirva para defender os interesses da classe operária e dos restantes trabalhadores contra os capitalistas e agrários, ou apenas para os obrigar a serem «fraternais» e «humanos» para com eles. Por defenderem os seus interesses contra os atentados do grande patronato e das autoridades governamentais os trabalhadores são presos, torturados e até assassinados. Por explorarem os trabalhadores, os Manuel de Melo, os Espírito Santo, os Delfim Ferreira, os Pinto de Azevedo, os Marcelo Caetano, os Lumbráes, os Vieira Machado, etc., cada vez estão mais ricos e cheios de honrarias. É a isto que os corporativistas de longa e fresca data chamam «harmonia de classes».

E pois, pura demagogia a afirmação do ministro das Corporações de que o corporativismo «opõe à luta de classes inspirada pelo ódio, a tese da solidariedade de interesses e da fraternidade humana». Na sua tentativa de desarmarem e manietarem a classe operária os salazaristas não recuam mesmo ante a falsificação da história, ao atribuírem aos comunistas a criação da luta de classes. A luta de classes é velha de milhares de anos. A própria história não é outra coisa que a história da luta de classes, como qualquer estudioso pode comprovar facilmente.

Nenhum corporativismo poderá apagar a realidade histórica de que a oposição de interesses entre duas classes conduzirá sempre a uma luta entre elas, luta que só terminará com o desaparecimento de uma delas.

Os capitalistas só podem enriquecer por um meio: pela exploração da classe operária. Eles não têm outro meio. Se os empresários capitalistas enriquecem não é porque o dinheiro lhes nasce nas algibeiras, mas tão somente porque exploram os operários, porque não pagam aos operários o justo valor do seu trabalho. Isto torna claro que a desenfreada campanha ideológica desenvolvida pelos monopólios em que é agitada a bandeira da «harmonia das classes», dos «interesses comuns», tem por objectivo enganar as massas trabalhadoras, desviá-las do seu justo caminho de classe, para assim amassarem novas fortunas e sobreviverem mais tempo.

A classe operária, a todos os trabalhadores, com os comunistas à frente, cabe conduzir contra o Estado actual, contra a grande burguesia reaccionária, uma luta de classes, pelo menos tão persistente e implacável como a que lhes é movida por eles. A luta e a luta das classes trabalhadoras pelas suas reivindicações económicas e políticas contra o grande patronato e o Estado pode impedir que a sua miséria aumente e poderá conduzi-las à conquista da liberdade e da democracia.

A burguesia ao derrubar o feudalismo trazia já no seu seio o proletariado que, sem dúvida alguma derrubará em todo o mundo o poder dos capitalistas, instaurará uma nova ordem sem classes antagónicas e construirá uma sociedade, a sociedade comunista, onde as classes não terão mais lugar. Nenhuma força no mundo poderá evitar esta brilhante perspectiva já hoje em construção na União Soviética, porque corresponde mesmo ao próprio desenvolvimento histórico da sociedade. Com muito mais razão está condenado a desaparecer o regime fascista de Salazar e não serão as corporações que o salvarão.

A ACTIVIDADE E ORIENTAÇÃO DO PARTIDO DURANTE AS ÚLTIMAS CEIFAS



Por FERNANDES

A luta nas ceifas de 1956 foi em muitas localidades do Alentejo e do Ribatejo uma notável expressão de combatividade e de disposição crescente de luta das massas, é isto que podemos constatar através das jornadas que foram alcançadas em Samora Correia, Alpiarça, Vila Franca de Xira, Alenquer, Alcáçovas, Campinho, Pêgoes, etc., onde as

jornas medearam de 50\$00 a 70\$00 e até 80\$00 para os homens e 30\$00 a 40\$00 para as mulheres. Entretanto, o facto de em muitas outras localidades, algumas das quais com belas tradições de luta não se ter ido além dos 30\$00 a 40\$00 para os homens e

15\$00 a 20\$00 para as mulheres, mostra que alguma coisa se passou nestas ceifas que não estava bem.

Porque uma tão grande diferença entre localidades muitas vezes vizinhas? A esta pergunta cremos que devem responder todos os camaradas responsáveis dos sectores visados, especialmente os de direcção.

Dentro do nosso Partido nem sempre se tem feito uma análise objectiva e oportuna dos resultados das lutas, de maneira a apetrechar o melhor e o mais breve possível o nosso Partido; de maneira a enriquecer devidamente a nossa experiência. Se outra prova não houvesse bastava o atraso com que é escrito este artigo para o confirmar, mas infelizmente não é esta a única manifestação de lentidão entre nós.

Senão vejamos: Onde estão as conclusões das belas vitórias alcançadas este ano no Ribatejo? Não seriam elas de grande importância para apetrechar o nosso Partido? Onde estão as conclusões que nos expliquem porque em muitas localidades o Partido actuou desnido? Estas conclusões ainda não vieram, ou vieram numa base bem limitada, pois que, a discussão pouco mais atingiu que os organismos responsáveis. Desta forma está a correr-se o risco de se chegar às próximas ceifas (e bem perto elas já vêm) sem se saber o que é justo, sem se saber ao certo qual a orientação que mais convém dar às organizações do Partido de maneira a elas poderem dirigir as lutas de acordo com a vontade das massas. Poranto a orientação que iremos traçar no futuro não nos poderá tranquilizar razoavelmente, dado que nós não soubemos ainda educar as organizações do Partido naquele justo princípio que nos ensina Mao Tsé Tung que consta de: Colher das massas para lhes levar de novo, voltar a colher para de novo lhes levar num movimento constante.

A razão porque não soubemos educar as organizações neste princípio leninista é porque nós também na prática ainda o não compreendemos.

Algumas conclusões que já podemos transmitir ao Partido são como já se disse resultado de algumas discussões feitas em alguns organismos locais a que por vezes assistiu um ou outro camarada que não pertencia a esses organismos. Apesar da estreiteza desta discussão ainda foi possível descobrir algumas ideias que nos permitem avaliar até onde chega o sectarismo e a rotina dentro do nosso Partido.

As críticas feitas nestas discussões são relativas tanto à orientação como à organização e acção do Partido.

SOBRE A ORIENTAÇÃO

Assim, no que se refere à orientação uma grande parte dos camaradas critica o Partido por se não ter lançado logo de início a palavra de ordem de uma jorna mínima de 50\$00. Em mais do que um organismo os camaradas dizem que sem uma jorna mínima ninguém se entende, porque cada um procura furar para seu lado, que nunca se juntam todos na Praça de jorna, o que cria a desorientação no meio dos trabalhadores. Segundo a opinião destes camaradas a luta por uma jorna mínima tem a virtude de unir os trabalhadores desde o início, o que aumenta a confiança entre eles e na vitória. Dizem ainda que as lutas mais importantes travadas nos outros anos sempre começaram em volta de uma jorna mínima logo no princípio das ceifas. Um camarada expressava-se assim para reforçar a sua ideia: *«Eu nunca senti menos entusiasmo na luta do que este ano»*.

QUANTO À ORGANIZAÇÃO

Quanto à organização alguns camaradas de base criticam justamente o facto de em momentos decisivos, isto é, quando a luta estava no começo lhes ter faltado a ajuda necessária para os orientar. Outros camaradas criticam justamente o facto de com eles não ter sido feita qualquer reunião, quer antes da luta ter começado, quer no decorrer da mesma. Outros camaradas criticam o facto de os responsáveis das organizações darem cada um deles, algumas vezes, uma orientação diferente. Também em algumas localidades, é criticado com justiça o facto de o Partido não ter sabido tomar medidas a tempo para impedir as divergências que exis-

tiram entre jovens, de um lado, e adultos do outro, como se os interesses de todos não fossem iguais.

Por este conjunto de coisas podemos avaliar até onde chegaram as debilidades orgânicas do nosso Partido e, compreender melhor porque ele não estava bem ligado às massas e em muitos casos tenha mesmo temporariamente perdido a sua confiança, o que aliás é apontado por alguns camaradas de base.

SOBRE A ACTUAÇÃO

No que se refere à acção, as críticas que até nós têm chegado referem-se especialmente à forma como foram formadas as Comissões de Unidade. Assim critica-se o facto de não se ter dado uma ajuda de por menor e termo-nos contentado em dar uma orientação geral não tendo em conta a falta de experiência das organizações. Neste capítulo é criticado pelos camaradas o mecanismo, o autoritarismo e o sectarismo com que actuámos o que muito prejudicou o desenvolvimento da luta. Na verdade, nós fomos mecânicos quando estabelecemos a mesma orientação para vários sectores sem ter em conta as particularidades de cada um. Fomos autoritários porque impusemos a camaradas a tarefa de formar Comissões de Unidade sem ter em conta se essa era a sua vontade, ou se as massas estavam dispostas a aceitá-las. Fomos sectários por termos aceitado, ou não nos termos apercebido que havia Comissões de Unidade formadas numa base completamente fechada, com pessoas na sua maioria desligadas das massas.

Quanto a estes dois últimos aspectos são várias as críticas vindas da base e mais não temos senão que considerá-las absolutamente justas. Tomando ao mesmo tempo medidas para corrigir na prática estas deficiências.

OUTRAS DEFICIÊNCIAS

Também há camaradas que atribuem ao emprego das máquinas, aos ranchos de fora e à pouca combatividade das massas a responsabilidade das deficiências havidas.

Quanto às máquinas é certo que elas trazem presentemente maiores dificuldades aos operários agrícolas, dado que os agrários visam com o seu emprego dispensar cada vez mais o trabalho manual. Nós pensamos que a nossa agricultura precisa de muito mais máquinas do que as que tem actualmente, mas ao mesmo tempo pensamos que o seu emprego só deve ter lugar quando não deixem os assalariados sem trabalho, é contra isto que em nosso entender é preciso lutar.

Aos ranchos de fora também não é justo atribuir as culpas, pois que este fenómeno sempre se passou mesmo nos anos em que a luta atingiu maior volume, quer dizer, sempre se deslocaram ao Alentejo e ao Ribatejo muitos ranchos por altura das ceifas, o que acontece é que noutros anos se fez com eles um trabalho de aproximação muito mais amplo. Muito embora isto se torne agora mais difícil devido ao isolamento a que são sujeitos pelas forças repressivas, mesmo assim é possível abordá-los até porque os trabalhadores das Beiras e Algarve mostram hoje uma disposição de luta bem diferente da que mostravam no passado. Este ano houve até casos de alguns ranchos de fora trabalharem por jornas mais altas do que os naturais das terras onde eles andavam.

Quanto à falta de combatividade das massas é que nos parece serem os nossos camaradas absolutamente injustos. Como podemos atribuir às massas falta de combatividade quando elas nos estão a dar todos os dias provas em contrário, tal como aconteceu no Ribatejo e nalgumas terras do Alentejo? Não, o que tem faltado às massas não é combatividade, mas sim uma orientação e direcção que elas aceitem entusiasticamente. O que é preciso é que os comunistas apareçam como dirigentes e orientadores, em vez de se esconderem, como aconteceu com aqueles camaradas que diziam que a direcção do Partido não devia querer que os militantes mais responsáveis aparecessem à frente da luta porque não interessava que fossem presos. Os aqueles camaradas que abandonaram as suas terras logo que a luta começou. Ou ainda outros que aconselharam as

massas a pegar no trabalho por jornas inferiores às que haviam sido combinadas, ou de empreitada quando este processo de trabalho havia sido condenado.

Ao apresentarem-se estes exemplos não se pretende atirar exclusivamente as culpas para cima destes camaradas, na verdade as deficiências apontadas têm raízes mais fundas que começam nos camaradas de direcção do sector.

Estas críticas que trazemos a lume dão-nos entretanto a possibilidade de melhorar bastante a nossa orientação e actuação de forma a poderemos ajudar as massas de uma maneira mais objectiva e justa nas ceifas deste ano. Para isto é necessário que todas as organizações e camaradas dos sectores camponeses actuem em bloco com vistas a ajudar as massas, quer dizer, *é necessário que cada camarada, esteja onde estiver, pertença a que organismo pertença, seja um defensor e orientador das massas, mantendo-se estreitamente ligado a elas, divulgando a orientação do nosso Partido, quer através de reuniões, de con-*

versas, de inscrições, etc., de maneira a ajudá-las nas suas lutas por melhores jornas e trabalho assegurado durante toda a ceifa.

É necessário tomar medidas rápidas com vista a reunir todos os organismos do Partido, ajudando cada camarada a aproximar-se das massas para as ouvir e consultar sobre as suas aspirações e disposição de luta, de maneira a que o Partido em cada localidade possa orientá-las de acordo com a sua vontade. Esta consulta precisa de ser feita numa base bastante ampla, de maneira a ouvir o maior número possível de operários agrícolas.

Apesar de haver certo atraso do nosso Partido quanto a fazer-se esta consulta às massas, nós pensamos que ainda é possível fazer-se muita coisa desde que sejam mais operativos do que temos sido até aqui. Se isto acontecer, isto é, se o nosso Partido funcionar de cima a baixo em todos os sectores onde há ceifas podemos estar certos que a luta correrá de forma bem diferente da que correu o ano passado.

O INTELLECTUAL COMUNISTA

GES
PCP

E A LUTA PELA DEMOCRACIA

Por FONTES

PARA analisarmos, como intelectuais portugueses e comunistas, a literatura, a arte e a ciência nacionais, temos que as envolver e situar no quadro da situação portuguesa, nas condições económicas, políticas e sociais em que se desenvolvem ou definham. Ora, o país vive há 30 anos debaixo de uma ditadura fascista e isto significa uma sistemática e cada vez mais intensa destruição das condições de vida do povo português — desemprego permanente, baixos salários, ritmos de produção violentíssimos, precária saúde, deficientíssima assistência, inferiores habitações, falta de instrução, dificuldades quase insuperáveis de acesso à cultura média e superior, censura, negação de direitos de cidadania, prisões, perseguições, medidas de segurança, assassinatos, terror, preparação militar intensa, provocações guerrilheiras no exterior e clima de guerra civil no interior.

Neste regime desapareceu o apoio oficial à cultura. O apoio oficial vai sim para essa mistela que se começou a dar a beber ao povo (melhor dizendo à pequena parte alfabetizada do povo português que não se esqueceu de ler após o exame de instrução primária) como se de verdadeira cultura se tratasse. Surgiu assim a literatura da desgraça, do pessimismo, da derrota, da morte e a arte vazia de conteúdo. Os estudos cinematográficos estão sem produzir grandes metragens aos 3 anos seguidos, fecham os teatros (e os que permanecem albergam companhias de um mês), desaparece a crítica na imprensa diária, só se lêem reportagens pagas por interesses capitalistas e domina a rádio-publicidade. No campo da ciência instalou-se a estagnação e a rotina e os vislumbres de investigação são fruto de um esforço pessoal e de sacrifícios sem conto de alguns cientistas.

Desde sempre tentou a intelectualidade vencer esta situação. Não lhe faltou vontade e coragem. Edições inteiras ficaram nas mãos da polícia política, cortaram de filmes centenas de metros de celulóide que apresentavam cenas de penhores ou pés descalços, muitos escritores, cientistas e artistas foram presos, perseguidos, impedidos de visitar no estrangeiro centros culturais importantes, assaltadas e devassadas as suas casas, na mira de não deixar aparecer obras que educassem e desenvolvessem no nosso povo o gosto pelo belo, pela verdade, pela justiça.

É sobretudo a partir de 1936 que os escritores e artistas lançam a grande arremetida pelo caminho do progresso literário e artístico do país, reforçada em 1945 com a vitória da democracia sobre o nazi-fascismo. Canta-se e pinta-se a esperança e sofre-se com a

miséria, louva-se o trabalho e condena-se toda a escravidão, enaltece-se o amor e bestializa-se a guerra. Devagar, iniciando novas passadas e marchas por diferentes métodos e formas os intelectuais avançam.

O fascismo temeu, condenou, perseguiu e feriu algumas vezes. Houve desânimo. A censura e a P.I.D.E tornaram-se papões que fizeram desistir alguns e disfarçar os objectivos e intenções das suas obras à maioria.

Esta situação, está bem de ver, não incute apenas aos escritores e artistas comunistas. Todos os romancistas e contistas, publicistas e jornalistas, poetas e cronistas, pintores e demais artistas que não estão enfeudados ao salazarismo — e são a quase totalidade; todos os escritores e artistas democratas ou simples anti-salazaristas — e são a maioria (como ficou provado na exposição fascista dos 30 anos de «cultura»), sofrem com esta situação, protestam contra a censura e as suas arbitrariedades, contra todos os atentados fascistas à verdadeira cultura.

O intelectual comunista não tem mais do que juntar-se a todos esses insatisfeitos e ajudar à constituição de uma frente nacional de artistas, escritores e cientistas contra as peias, perseguições e atentados fascistas às artes, letras e ciências portuguesas.

Consideramos que a censura deverá ser o principal alvo no momento presente. Mas também, embora com ela relacionados, o direito à publicação de novos jornais e revistas, o direito ao convívio internacional, aos seus congressos regulares e a outras actividades por si mesmo dirigidas, são reivindicações comuns a todos os intelectuais. O papel dos comunistas é fazer discutir e ajudar a planificar a acção, é encontrar-se na primeira fila sem querer comandar, e fortalecer a unidade nascente encaminhando-a para o debate e para a acção.

Se os males maiores da nossa cultura vêm da existência do regime salazarista, os comunistas devem fazer ver pacientemente a todos os anti-salazaristas que é preciso lutar para conquistar, pois só pela luta se consegue arrancar benefícios a um regime que não está disposto a concedê-los. Não é pequena a luta a travar, não é de pouca importância. Sendo a censura uma das maiores armas do fascismo contra o povo português, a luta dos escritores, artistas e cientistas assume um valor nacional, pela ajuda decisiva que pode trazer ao esclarecimento dos problemas que envolvem a libertação nacional. O povo português espera, por isso, o auxílio



dos intelectuais ao despedaçar dessa mordaca fascista. Mas o povo espera mais. Espera que os nossos escritores, por exemplo, se aproximem dele e tratem, defendam e divulguem as suas aspirações e problemas. Ora, os melhores nomes da literatura nacional não estão procurando, salvo raríssimas excepções, o convívio das massas populares.

Pela sua obra e principalmente pela luta travada, conhecerão os intelectuais comunistas outros intelectuais como eles interessados na melhoria geral da vida do nosso povo e no desenvolvimento cultural da Nação.

Encontram-se em grupos e comissões ou células, elaborarem pequenos informes sobre os problemas em discussão, debaterem esses informes, eis um caminho útil aos intelectuais comunistas e à cultura nacional. Nem tudo estará certo, não o estará mesmo. Difícil seria que o estivesse — tanta a distância a que os nossos intelectuais se têm situado desta discussão. Mas esforçamo-nos por acertar — isso o que importa e isso dará os seus frutos, estamos certos.

O INTELECTUAL E A SUA OBRA

Para além da luta massiva da classe, outra se abre às perspectivas dos intelectuais comunistas — a da sua própria obra.

O intelectual comunista, membro do Partido da classe operária, peça de valor na vanguarda da sociedade do futuro, só pode criar com o pensamento nesse futuro, na educação dos homens para essa sociedade, no louvor das qualidades de hoje que serão alargadas no amanhã, no ódio e combate aos defeitos que estarão votados, dentro de pouco tempo, a serem tristes lembranças de ontem. Produzir para o senhor do futuro — o fundador de novos mundos de paz e amor, de sã felicidade e ampla constituição — o operário da cidade e dos campos de hoje, o operário-engenheiro de amanhã, a mulher companheira de todos os momentos de trabalho e de recreio do homem, na fábrica e no lar, a criança, em quem os homens acarinharam o próprio futuro.

Ao escritor comunista, por exemplo, cabe prescrever no dia de hoje o que é já de amanhã ou de ontem, o que é esperança para acalantar e vergonha para esquecer, mas sempre voltado para a nova sociedade que os comunistas e o povo hão-de construir. O intelectual comunista é o único que, qualquer que seja a sociedade em que viva sabe sempre para quem produz — para o povo. Isto o que muitas vezes têm esquecido os escritores e artistas do nosso Partido. Porquê?

Em primeiro lugar porque o Partido os não tem ajudado devidamente. Não temos discutido, não temos estudado os seus problemas; não temos lido e olhado com espírito crítico as suas obras — temos subestimado a importância da sua contribuição à luta e esclarecimento do nosso povo; não temos procurado compreender as razões de muitos defeitos para nós evidentes, não temos encontrado tempo para pensar no auxílio que temos de dar aos nossos intelectuais.

Aos intelectuais comunistas não tem chegado a voz do Partido senão para procurar a sua colaboração política a uma ou outra acção ou movimentação de momento (e mesmo isso quando os males da nossa organização o permitem). Os controladores das células dos escritores, por exemplo, não têm feito com eles o trabalho colectivo necessário. Vivendo-se também aí, como não podia deixar de ser, as perniciosas consequências do dogmatismo e do culto da personalidade. Por vezes os controladores não foram mais do que uns prestidigitadores cuja habilidade consistia em, de uns bolsos aparentemente normais tirarem dezenas de papelinhos, donde despojavam depois, de chapa, tudo o que com eles outros controladores, com igual método tinham discutido num escalão superior. O controlador punha o ponto de vista da direcção do Partido (o melhor diríamos do Secretariado do Comité Central, asoberbado de tarefas e de trabalho que dificilmente lhe concederiam tempo para se debruçar sobre problemas literários e artísticos ou no auxílio a dar aos camaradas escritores e artistas para bem desempenharem as suas tarefas). O controlador expunha as tarefas imediatas para o organismo, as contribuições individuais de cada um e os escritores praticamente limitavam-se a apontar. Os seus problemas ficavam por discutir, muitas vezes, aparentemente

te, por falta de tempo, mas, na realidade, por para isso não ir preparado o controlador e pelo próprio silêncio dos camaradas escritores. Incapazes de os acompanhar nos seus anseios e realidades, não nos esqueçamos, entretanto, de lhes aplicar o autoritarismo reinante em todo o Partido, forçando-os por esse modo a aceitar posições que não compreendiam, sufocando opiniões que iam opor-se às que lhes levávamos, sem verificarmos se eram justas ou injustas.

Isto não significa, claro está, que muitas vezes as suas opiniões não fossem erradas, e até que algumas aplicadas sem a concordância da direcção do Partido, não tivessem conduzido a graves erros. Cabem muitas culpas de toda esta situação também aos próprios camaradas intelectuais. Não é o silêncio nas reuniões e as queixas fora delas, entre si, que o Partido precisa, mas nas próprias reuniões, criticando de forma sã o seu trabalho e permitindo (e procurando mesmo), por sua vez, uma crítica idêntica a si mesmos, estimulando-a com a necessária auto-crítica, praticando o trabalho colectivo que, tendo em conta os princípios leninistas do centralismo democrático, favoreça o desenvolvimento do trabalho partidário e o tratamento mais correcto e justo com os quadros.

Os camaradas intelectuais devem ser eles mesmos a organizar, em cada reunião, a ordem de trabalhos para a reunião seguinte, a procurar a opinião da direcção do Partido para este ou aquele problema dos intelectuais, a fazer compreender à direcção do Partido as suas vidas, os seus problemas pessoais e partidários, a procurar entre si e em conjunto com outros intelectuais debater assuntos e problemas específicos.

Nos últimos tempos temos vindo já a travar discussões políticas e literárias, temos já trabalhado colectivamente e exposto as nossas opiniões sem receio da crítica. Pensamos, entretanto, que apenas demos os primeiros passos neste caminho, que muito mais teremos a rever do passado com vista ao presente e ao futuro.

As conclusões e decisões do Comité Central sobre as consequências da falta de trabalho colectivo e de democracia interna do Partido e dos efeitos do culto da personalidade, uma vez estudadas e aplicadas no nosso trabalho diário, serão material precioso para uma mais larga rectificação dos erros do passado.

O INTELECTUAL E O POVO

Em segundo lugar, o afastamento dos intelectuais do povo provém do facto de que nem todos os trabalhadores das artes e letras aceitam que a literatura e a arte devam ser educadoras. Chamemos em nosso auxílio o camarada Zdanov: *O leninismo reconhece que a nossa literatura tem um enorme significado para a transformação social. Se a nossa literatura soviética fosse permitir uma diminuição do seu papel educacional, isso significaria um retorno à idade da pedra.*

Como pode um escritor comunista não aceitar este princípio marxista da literatura, como força educadora?

O nosso Partido considera que grandes possibilidades de luta se abrem aos portugueses que desejam a modificação do actual regime. Através da discussão e das pequenas e grandes lutas em curso prepara-se neste momento para as campanhas eleitorais de 1957 e 1958, incita as grandes classes têxtil, corticeira, piscatória, camponesa e outras para as lutas por melhores salários e jornadas, por melhores condições de vida e de trabalho, fomenta e ajuda as lutas da juventude, dos estudantes e das mulheres pelos seus direitos naturais a desenvolverem-se política, social e culturalmente.

Os esforços de unidade desenvolvidos pelo Partido começam a dar os seus frutos, criando-se comissões recenseadoras e eleitorais de unidade anti-salaristas. O país e todas as classes e sectores de opinião anti-salaristas começam a viver num clima de entusiasmo, de disposição de luta, de procura de caminhos que levem à vitória.

Qual a missão dos intelectuais comunistas? Preparar o povo, os operários, os soldados, os jovens, as mulheres para essa luta grandiosa que se aproxima, debruçando-se nas lutas reivindicativas passadas, em jornadas eleitorais anteriores, em movimentações populares históricas, nas condições presentes de vontade de

lutar e na esperança que existe nos variados locais de trabalho, a par da miséria, do desemprego, da infelicidade, da tristeza forjados no fascismo. Propagar a esperança e a alegria, a certeza em melhores dias. Divulgar as acções inteiramente, audazes, e os seus bons resultados sempre que têm em vista e tomam em conta as massas, o heroísmo calmo e esfregador dos presos políticos e o heroísmo massivo dos operários agrícolas nas ceifas. Mesmo quando a morte surta pelas mãos da polícia ou pelas armas do G.N.R., que transpareça um futuro radioso cimentado no sangue heroico vertido, que da morte surja a vida.

Os nossos escritores e artistas têm que estar atentos, por outro lado, à evolução das exigências do nosso povo. No que se refere, por exemplo, à literatura principalmente desde 1945, criaram-se muitas bibliotecas populares ao longo do país, umas dentro de colectividades recreativas e desportivas, outras particulares. Grupos de jovens e de adultos, de estudantes e de empregados, organizaram bibliotecas mais ou menos clandestinas. Uma e outra espalharam o gosto pela leitura, habituaram o operário industrial e o agrícola de muitas regiões a ler, principalmente romances. Nos centros industriais de certas regiões do país, nos centros camponeses muitas e muitas dezenas de bibliotecas populares dão o seu fruto. As épocas de escassez na luta política do após guerra e a que vivemos agora, trazem novas camadas a sentir a necessidade de leitura. A própria campanha contra o analfabetismo, embora com uma refulgência essencialmente demagógica, tem levado muita gente a meditar no seu atraso e a acercar-se da literatura. As bibliotecas municipais dos jardins e as que agora permitem a leitura domiciliária, bem como as bibliotecas itinerantes, com sócios por correspondência, foram ou são ainda factores importantes para a aproximação que se deu da classe operária e das massas com a literatura.

Com tudo isto o nível das exigências e o nível do nosso povo subiu bastante. Uma literatura sadia entrou na sua vontade e pôs-se a pretender receber alguma coisa do livro que lê. Algumas obras estrangeiras — soviéticas, norte-americanas, francesas e brasileiras, principalmente, atraíram-nos. Um Jorge Amado, um Ehrenburg, um Romain Rolland, tornaram-se conhecidos, contra a vontade do salazarismo que acabou por proibir a entrada no país das obras daqueles e de outros autores. Obrigado a procurar a fora do mercado, o povo sentiu bem quanto a sua cultura era desagradável ao salazarismo e transformou o seu próprio desejo de leitura de certas obras numa forma de ataque ao salazarismo.

A literatura nacional também lhe apareceu, como não podia deixar de ser. E as suas preferências foram ainda para Eça, Junqueiro, Camilo, etc., mas também para os actuais. Nestes, o povo procurou ler principalmente as obras dos escritores que ele soube terem assinado as listas da oposição, que sabia pertencerem a Comissões do M.U.D., do M.N.D. ou das candidaturas. Procurava-os na esperança de encontrar tratados por eles aqueles problemas que publicamente, em entrevistas, discursos, em sessões políticas, etc., afirmavam existir e o povo sentia na sua própria carne; procurava-os na esperança de ver os seus problemas postos em romances portugueses, tal como via os do povo brasileiro tratados nos de Jorge Amado e os do povo soviético nos de Ehrenburg, etc.

Alguma coisa de facto encontrou. Leu com satisfação alguns romances portugueses. Encontrou-se um pouco por lá. E animado, pediu mais obras e mais completas, mais cheias da sua vida, mais educadoras, mais construtivas. As suas exigências aumentaram, os seus gostos modificaram-se, as suas críticas tornaram-se mais frequentes e ricas de conteúdo.

A este fenómeno têm também os nossos escritores que estão atentos. Não bastará discutir a partir das suas auto críticas. Terão de caminhar a par das exigências cada vez maiores do nosso povo. Mais ainda. Têm mesmo «a obrigação de desenvolver o gosto do povo, de levantar mais alto as suas exigências, de enriquecê-las com novas ideias, de levar o povo para a frente».

Se soubermos partir para a discussão de uma base auto crítica e num esforço consciente e decisivo para caminhar a passo com o nosso povo, se soubermos e quizermos aplicar na prática à literatura, como à arte,

os ricos ensinamentos e princípios do marxismo-leninismo, nunca poderá ser uma simples frase-chave e palavra de ordem: Criemos obras para o povo.

O INTELLECTUAL E A LIBERDADE

Nunca o Partido impôs aos intelectuais regras monolíticas para escrever, para moldar, para pintar, para compor, etc.. O que tem que ser um todo monolítico é o próprio Partido e nele, claro está, estão incluídos os nossos camaradas intelectuais. Por isso estes têm uma importante militância a cumprir, como todos os outros membros do Partido: a aplicação da linha política do Partido e a sua defesa. O objectivo dessa linha política — a libertação nacional, a democracia, o caminho para o socialismo, a elevação material e espiritual do povo — transforma-se no princípio a que todos temos de obedecer e dar cumprimento.

Libertarem-se deste princípio os camaradas intelectuais? Impossível! Libertar-se-iam sim (será possível chamarmos a isso libertação?) das ideias que hoje professam, de ideias que querem ajudar a erguer e foram afinal a razão por que vieram às fileiras do Partido. Abandonar esse princípio significaria deixarem de ser comunistas. Fora do Partido cairiam mais cedo ou mais tarde na liberdade que o capitalismo mascara, porque «viver em sociedade e estar livre da sociedade é impossível. A liberdade do escritor, do artista, da actriz burgueses é unicamente uma dependência disfarçada (ou mascarada hipocritamente) do porta-moedas, do lucro, do empresário». (Lenine).

A esta dependência opõe o Partido a dependência que apenas tem em conta os interesses do povo. A essa têm que se submeter, discutindo-a democraticamente quanto às formas de que se reveste, os intelectuais comunistas. Dentro desta dependência toda a liberdade de expressão de criação e de crítica seria e honesta é possível; é mesmo a única liberdade inteira, porque é aquela que serve o povo inteiro e o próprio intelectual, portanto.

Será possível que o escritor, por exemplo, submeta a este princípio seja levado a deturpar a realidade? Qual realidade? No II.º Congresso da União dos Escritores Soviéticos disse-se que o realismo socialista exige a «REPRESENTAÇÃO CONCRETA DA REALIDADE NO SEU DESENVOLVIMENTO REVOLUCIONÁRIO».

Sublinhamos a «realidade no seu desenvolvimento revolucionário» porque nos parece que os nossos escritores se ficam apenas, por vezes no velho conceito de realidade. Daí cada vez mais que o sexo vá dominando, que as prostitutas apareçam sistematicamente, que toda uma série de coisas negras da realidade portuguesa imposte pelo fascismo domine as obras da maior parte dos escritores progressistas, todos eles agorados à reflexão da realidade que os envolve. Ora a realidade que interessa ao escritor comunista não é a do *reflexo do espelho*. Esta, levará fundamentalmente, não à alegria, ao dinamismo, à criação, que já vimos ser o papel do escritor comunista, mas à desgraça, ao pessimismo, ao abalimento. Já Gorki criticava acerbamente os *homens de letras* que nada mais viam que a porcaria da cozinha e da casa de banho. A realidade que nos interessa é a que se desenvolve revolucionariamente. Nós somos comunistas e o que queremos transmitir ao nosso país e ao mundo é a felicidade. Precisamos, para isso, de *fecundarmos* o bem, para parafrasearmos o pensamento de Gorki, quando, para salientar o papel do comunismo no mundo, esigmatizava o capitalismo assim: «O capitalismo viola o mundo como um velho vicioso violaria uma rapariga jovem e sã. Por isso não pode fecundar. Quando muito poderá transmitir-lhe algumas das suas doenças senis».

Nós somos novos e não temos doenças a transmitir, até porque ao menor sinal nos alertamos todos e sabemos aplicar o remédio que o marxismo-leninismo nos pôs à mão. Por isso também não é a realidade doentia a que nos interessa, mas sim a realidade no seu desenvolvimento revolucionário. Assim, ao entrar num bairro de lata o escritor não fixará para a sua obra os palavrões da linguagem, a porcaria, as moças que caíram na prostituição, as zaragatas de mulheres, as cenas tristes nas tabernas; baseado nesta realidade, que não negará,

fará dela surgir a ânsia de um futuro melhor, as lutas em que participam nos seus locais de trabalho, colectivamente, os operários e moradores, a luta das repartições bonitas que aí moram contra as lentas e melancólicas das burguesas que as encontram na cidade, a solidariedade do bairro a um ou mais companheiros desempregados ou doentes, a ingenuidade pura das crianças que brincam sem brinquedos, a biblioteca que alguns formam e a que entregam horas de cansaço após o trabalho com toda a alegria e dedicação, etc., etc.. Isto é, descreverá, a par das misérias lamentadas pelo desprezo a que são votados pelo salazarismo, as reais qualidades, a nobre força revolucionária que aí se oculta e amanhã desabrochará esplendorosa na construção de uma Pátria livre e feliz. É a isto que chamamos a descrição da realidade no seu desenvolvimento revolucionário.

E de facto toda uma concepção do mundo, é a concepção marxista-leninista, é a concepção do Partido, é a concepção-regra do intelectual comunista para escrever, pintar ou compor com a máxima liberdade de acordo com o seu coração e o seu talento, com a sua sensibilidade artística, com as formas literárias, estéticas ou

musicais da sua predilecção. Mas é também uma concepção que exige um profundo conhecimento da realidade, neste caso a realidade da sociedade portuguesa, no equidizar da luta de classes, com o salazarismo em crise. Eis a liberdade que falta aos nossos intelectuais: a de poderem circular por esse país fora, de conviver com as populações, para aprender a amá-las e compreendê-las. O fascismo agarrando-se a cultura nacional, perseguindo os seus maiores valores, isolou-os, obrigou-os a empregarem-se em trabalhos extenuantes para conseguirem viver, distanciou-os do povo e das massas, da realidade que se desenvolve revolucionariamente. É o nosso escritor muitas vezes escreva com o auxílio das últimas recordações de tempos idos e da sua imaginação. Onde ficou a realidade?

O problema não está pois em condenar regras monolíticas inexistentes, mas sim em reclamar liberdade para a cultura nacional, em exigir condições para o artista e o escritor criarem e viverem junto do homem do povo que amam e que os ama quando eles o compreendem e o descrevem nas suas pequenas e grandes lutas, nos seus pequenos e grandes dramas.

POR UMA AJUDA POLÍTICA

ÀS NOSSAS COMPANHEIRAS



No informe de organização do Comité Central ao II.º Congresso Ilegal, apresentado pelo camarada A. Cunhal, ao analisar-se as debilidades do trabalho do Partido entre as mulheres salientava-se:

«A razão fundamental deste atraso reside quanto a nós, na concepção ainda dominante entre os nossos camaradas de que as mulheres são seres inferiores ao homem. É duro dizer-se que esta concepção existe na cabeça dos comunistas, nas fileiras do nosso Partido, mas assim é camaradas. E isto não nos deve surpreender nem chocar em demasia. Pesa sobre o nosso povo uma tradição e uma educação tendente a afastar a mulher da vida social e política e condená-la aos tachos, aos filhos e à igreja. Toda a vida na sociedade presente está organizada de forma a fazer da mulher uma escrava. Daí pesar ainda essa tradição e educação nos nossos próprios camaradas, nas nossas próprias fileiras.»

E apesar destas graves deficiências e debilidades terem sido apontadas no II Congresso Ilegal, há 10 anos, elas continuam a ser uma realidade na actividade de alguns camaradas e simpatizantes do nosso Partido. Continuam a manifestar-se no nosso Partido ideias injustas e até insultuosas acerca das mulheres. Assim, é ainda vulgar ouvir dizer: «Eu não quero que a minha mulher saiba que eu pertenço a estas coisas», ou «Nas mulheres não se pode ter confiança, só têm é língua». «As mulheres não se interessam por coisas de política, só querem é falar em bisbitoches e enredos».

O nosso Partido tem orientado os seus militantes e simpatizantes no sentido de na sua actividade partidária, trabalharem para atrair e chamar as suas companheiras a participarem na luta geral do nosso povo e às fileiras do Partido. O nosso Partido tem salientado a necessidade de todos os militantes e simpatizantes prepararem e esclarecerem as suas companheiras, de lhes

Por LEMOS

explicarem o que é o Partido e os objectivos porque luta, de as esclarecerem sobre as razões da luta do nosso povo contra a política de fome e exploração e de guerra da camarilha salazarista.

Todos os comunistas devem ter presente e compreender que a sua companheira, a mulher com que se ligou talvez para toda a sua vida, a mãe dos seus filhos, a mulher que é explorada ainda mais do que ele, deseja ver os problemas mais angustiantes do povo resolvidos num sentido favorável.

Muitas camaradas e simpatizantes devem esforçar-se por compreender que, como elas, as suas companheiras desejam conhecer a vida e a luta do nosso povo e dos povos dos outros países por uma vida de paz, mais alegre e mais sã, e que cabe a eles conversar sobre esses problemas com elas.

Deve considerar-se como uma tarefa de honra para todos os comunistas realizar um trabalho de esclarecimento político junto das suas companheiras no sentido de as ganharem para o Partido e para a luta activa contra o fascismo e por uma vida melhor. A vida torna-se mais alegre quando há entre o casal comunhão de ideias e uma compreensão igual, quando há respeito e confiança mútua, quando os interesses, aspirações e objectivos são iguais.

O trato e a ajuda política às nossas companheiras exige mais espírito de responsabilidade e de compreensão, pois elas esclarecidas e ajudadas politicamente serão capazes de lutar e de dirigir a luta contra o fascismo, pela paz, por pão ou trabalho e pela democracia. Impõe-se, pois, portanto, que se faça dentro dos organismos do Partido uma larga discussão sobre este problema de forma a que cada militante e simpatizante sintam e compreendam mais a sua responsabilidade e deveres, para que cada um tenha uma melhor noção do seu papel na preparação e educação política junto da sua companheira.

«O Partido Comunista não teme a crítica e a auto-crítica, fá-las abertamente perante as massas e aceita a crítica das massas, porque quer sinceramente corrigir os seus erros e está certo de os corrigir.»

Do informe do camarada GOMES à VI.ª Reunião Ampliada do Comité Central